



## Uso medicinal da maconha ganha apoio geral em debate

Relator, que analisa a possibilidade de transformar sugestão popular em projeto de lei, pensa em separar a questão do uso terapêutico para agilizar a tramitação

**T**odos os especialistas em saúde que participaram ontem de audiência pública reconheceram a necessidade de liberar a substância canabidiol para questões de saúde. Um neurobiólogo apresentou estudos sobre os benefícios de elementos da erva no

tratamento de doenças como câncer, esclerose tuberosa, síndrome de Rett e autismo.

O debate reuniu no Senado cerca de 30 manifestantes contra e a favor da liberação e motivou a participação de centenas de cidadãos de todo o Brasil, por meio da internet. **3**

Cristovam Buarque (3º à esq.), relator da sugestão popular, quer rapidez no debate sobre saúde pública



Edilson Rodrigues/Agência Senado

### especial Cidadania

#### A Voz do Brasil poderá ter horário flexível

Programa radiofônico de notícias há mais tempo no ar no país, com registro no livro dos records, *A Voz do Brasil* é objeto de propostas de alteração no Congresso.

A principal mudança seria a flexibilização do horário de transmissão dos 60 minutos do programa, que poderia ocorrer no intervalo entre as 19h e as 22h. **4 e 5**



Locutores e técnicos se preparam para dar início à transmissão ao vivo de *A Voz do Brasil* no estúdio da NBR, em Brasília

Projeto abre vaga de trabalho em obras públicas a ex-detento **7**

Comissão examina regras sobre região metropolitana **6**

Senado deve analisar norma para transição entre governos **2**

Polêmica envolve farmacêuticos e pequenos empresários **8**

Aviso prévio pode ficar livre da contribuição previdenciária **7**

Senador propõe antecipar indenização a seringueiros **8**

**Aumenta a restrição ao fumo no Senado **2****

**Renan Calheiros lamenta morte de Antônio Ermírio **2****

#### Texto prevê punição mais dura para torcedor brigão



Sec. de Segurança Pública/RS

Projeto na Comissão de Educação altera o Estatuto do Torcedor para agravar as penalidades a torcedores que participarem de brigas em estádios. O texto também prevê a dissolução das torcidas organizadas cujos membros se envolverem em conflitos em até 5 quilômetros das arenas. **7**

Brigada militar, no Rio Grande do Sul, faz formação para manter segurança em estádio

Campanha educativa terá início em 29 de agosto, Dia Internacional contra o Fumo. A administração sinalizará locais proibidos e serão aplicadas sanções ao servidor que descumprir as novas regras

## Ato aumenta restrição ao fumo nos espaços do Senado

ATO QUE PROÍBE o uso de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou qualquer outro produto similar — derivado ou não do tabaco — em recinto fechado no Senado foi publicado na quinta-feira e entrará em vigor em novembro.

A norma inclui todos os espaços e prédios pertencentes ao Senado, inclusive “gabinetes, salas, auditórios, corredores, biblioteca, jardins de inverno, passagens e rampas cobertas, escadas, garagens e estacionamentos cobertos ou fechados, marquises de qualquer dos edifícios ou qualquer outro local que contenha aviso indicativo da proibição de fumar”.

Os fumantes deverão adotar uma distância aproximada de 8 metros de portas e janelas para fumar, mesmo em locais onde o fumo é permitido. A administração sinalizará os locais proibidos e as sanções ao servidor que descumprir as novas regras.

Já a partir de 29 de agosto, Dia Internacional contra o Fumo, começarão as campanhas educativas junto aos servidores, com a publicação de um artigo. Também está sendo avaliada a possibilidade de realização de exames de capacidade pulmonar e de uma exposição interativa.



Restrições ao fumo incluirão todos os espaços da Casa

O trabalho de conscientização e acompanhamento está a cargo da Secretaria de Recursos Humanos, por meio do Serviço de Qualidade de Vida e Reabilitação Funcional, em parceria com a Secretaria Integrada de Saúde (SIS).

Segundo a chefe do serviço, Denise Costa Lisboa, a proposta é orientar o corpo funcional sobre programas existentes para diagnóstico e tratamento da dependência do tabaco.

## Criação de tribunais depende do STF

Nem sempre alterar a Constituição é suficiente para garantir mudanças concretas. É o caso da Emenda Constitucional 73/2013, promulgada em junho de 2013, que determina a criação de quatro tribunais regionais federais (TRFs), em Curitiba, Belo Horizonte, Salvador e Manaus.

Logo depois de ser promulgada, a emenda foi alvo de uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI 5.017) ajuizada pela Associação Nacional dos Procuradores Federais (Anpaf). O então presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, concedeu liminar para suspender os efeitos da emenda. Atualmente a ação depende de decisão do Plenário do STF.

A Anpaf questiona a iniciativa da proposta (PEC 29/2001), que foi do Legislativo, e não do Judiciário. O custo das novas estruturas é outro ponto atacado pela associação. Segundo avaliação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), as despesas anuais com os novos TRFs podem chegar a R\$ 922 milhões.

Pelos cálculos na ADI, os novos tribunais devem receber 160 mil processos ao ano, 5,3% do total de casos julgados na Justiça Federal, que somam 3 milhões de processos ao ano.

Apesar dos argumentos, a ação da Anpaf recebeu parecer contrário da Procuradoria-Geral da República. Para o procurador-geral, Rodrigo Janot, não há vício de iniciativa, por ser vedado ao Poder Judiciário apresentar propostas de emenda à Constituição. Assim, a atuação do Legislativo teria sido correta. Ele também considerou a medida necessária para “descongestionar a sobrecarga de processos pendentes de julgamento no segundo grau da Justiça Federal”.

### Distribuição

De acordo com a Emenda 73, o TRF da 6ª Região (Curitiba) passará a receber os processos do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. O TRF-7 (Belo Horizonte) atenderá Minas Gerais. Já o TRF-8 (Salvador) servirá a Bahia e Sergipe. Por fim, o TRF-9 (Manaus) concentrará os processos dos

estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima.

Até uma eventual confirmação da Emenda 73, o TRF-1, com sede em Brasília, continuará recebendo as demandas do Distrito Federal e mais 13 estados: Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins. Os outros quatro tribunais existentes hoje são os seguintes: TRF-2 (Rio de Janeiro e Espírito Santo), TRF-3 (São Paulo e Mato Grosso do Sul), TRF-4 (Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina) e TRF-5 (Pernambuco, Alagoas, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe).

Outras propostas em tramitação no Congresso Nacional ainda podem dar origem a mais TRFs. A PEC 46/2012 cria um tribunal em Belém para atender os estados do Pará, Amapá, Maranhão e Tocantins. Já a PEC 61/2012 subdivide o atual TRF-5, na Região Nordeste, instituindo um tribunal em Fortaleza, com jurisdição sobre Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte.

### Nota de esclarecimento

Na tarde desta segunda-feira, 25, registrou-se fumaça em alguns andares do Anexo 1 do Senado Federal. Muitos servidores desceram do prédio. A equipe de brigadistas da Polícia do Senado entrou rapidamente em ação e verificou um superaquecimento na casa de máquinas, que fica no 28º andar. Devido à elevação de temperatura, as ligações elétricas do elevador número 2 derreteram parcialmente, causando cheiro de borraça. Por precaução, todos os elevadores foram desligados e as pessoas que lá estavam foram retiradas com segurança. Em seguida, os quatro elevadores foram trazidos

para o térreo e, assim que a fumaça foi dissipada, três deles foram religados, depois de vistoria de técnicos da empresa Atlas, responsável pela manutenção. O corpo de bombeiros esteve no local, foi informado das providências e verificou que as medidas internas foram adequadas. Em seguida, o Serviço de Prevenção de Acidentes e Segurança do Trabalho liberou o retorno dos servidores ao trabalho. Não houve incêndio e em nenhum momento os ocupantes do prédio estiveram em risco.

Diretoria-Geral do Senado Federal

## Constituição poderá regular transição entre governos

A transição entre governos em final de mandato e governos eleitos poderá vir a ser regulamentada pela Constituição. Esse é o objetivo da PEC 54/2012, apresentada pelo senador licenciado Eduardo Amorim (PSC-SE), pronta para entrar na pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A iniciativa já recebeu voto favorável do relator, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), que alterou o texto original com duas emendas. As alterações não afetaram o objetivo da proposta, que pretende assegurar aos eleitos para os cargos de presidente da República, governador e prefeito não só acesso a dados da administração anterior, como também a indicação de membros para a equipe de transição entre as duas gestões.

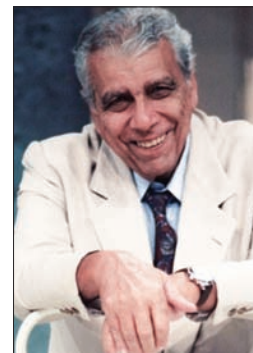
A PEC também obriga o chefe do Executivo em exercício a fornecer informações sobre a administração, designar equipe própria de transição e a disponibilizar espaço, infraestrutura e apoio administrativo necessário para esse trabalho. Por fim, estabelece que as regras propostas deverão ser regulamentadas por leis dos entes federados.

Na justificativa do texto, Amorim comenta que a transição entre governos em nível federal já foi regulamentada pela Lei 10.609/2002. Mas observou que em muitos estados e municípios não há previsão legal sobre a transição.

Se for aprovada na CCJ, a proposta terá dois turnos de discussão e votação no Plenário.

## Renan destaca “exemplo de vida” de Antônio Ermírio de Moraes

O presidente do Senado, Renan Calheiros, divulgou ontem nota de pesar pela morte do empresário Antônio Ermírio de Moraes (foto), ocorrida na noite de domingo. Presidente honorário



pela competência e apaixonado pelo trabalho. Antônio Ermírio de Moraes deixa como legado para todos nós um exemplo de vida, pelos valores que defendeu e pelo respeito ao empreendedorismo.

do Grupo Votorantim, Ermírio tinha 86 anos e foi diagnosticado com mal de Alzheimer em 2006.

A seguir, a íntegra da nota: “A morte de Antônio Ermírio de Moraes, na noite do último domingo, em São Paulo, nos enche de tristeza e pesar. Líder do Grupo Votorantim, Ermírio de Moraes notabilizou-se, ao longo da vida, pela defesa da empresa nacional e de seu papel no desenvolvimento do país.

Foi um nacionalista sem exagerações, gestor reconhecido

O seu empenho pessoal nas grandes causas sociais, entre as quais se destaca o atendimento médico-hospitalar a pessoas de baixa renda, é motivo de orgulho para os brasileiros. Sua ausência será sentida não somente no seio de sua família e de suas empresas, mas em vários aspectos da vida nacional.

Em nome do Senado Federal e em meu próprio, envio sentidas condolências à família.”

**Renan Calheiros**  
Presidente do Senado

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



#### PLENÁRIO Discursos

14h Sessão não deliberativa, sem votações, destinada a pronunciamentos dos senadores e comunicados da Mesa.

#### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

#### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Relator da sugestão popular que pode ser transformada em projeto de lei, Cristovam Buarque cogita separar a discussão em dois temas: uso para saúde e uso recreativo

# Especialistas apoiam uso medicinal da maconha

A COMISSÃO DE Direitos Humanos (CDH) fez ontem mais um debate sobre a regulamentação do uso recreativo, medicinal ou industrial da maconha — dessa vez sob a ótica da ciência e da saúde pública. Apesar da falta de consenso sobre a liberação da droga para uso recreativo, avançou uma percepção de que é urgente a liberação para fins medicinais. A tese foi defendida por pais de filhos com recomendação médica para medicamentos derivados da droga, pelos especialistas e até por quem é contra a liberação para finalidades recreativas.

O debate durou mais de quatro horas e abriu espaço para manifestação de cerca de 30 pessoas presentes e de centenas de internautas.

Cristovam Buarque (PDT-DF), que é relator da sugestão popular enviada pelo Portal e-Cidadania (SUG 8/2014), admitiu separar a discussão em uso recreativo e medicinal.

— Neste aspecto [regulamentação para uso medicinal], eu vou ter pressa, mesmo que o resto demore — disse.

Segundo o senador, separar as duas questões não é tentar criar uma barreira para o debate do uso recreativo.

— A proposta veio para os dois. Apenas, por uma questão de urgência, nós vamos trabalhar primeiro, se o regulamento permitir, o caso medicinal.

Pela sugestão, em análise na CDH, deverá ser considerado legal “o cultivo caseiro, o registro de clubes de cultivadores, o licenciamento de es-



Cristovam Buarque (3º à esq.) conduz a audiência pública sobre maconha entre Nara Santos, Vladimir de Andrade Stempliuk e Renato Malcher Lopes

tabelecimentos de cultivo e de venda de maconha no atacado e no varejo e a regularização do uso medicinal”.

O pesquisador e neurobiólogo Renato Malcher Lopes, da Universidade de Brasília (UnB), apresentou uma série de estudos que, conforme sua avaliação, comprovam os efeitos medicinais de elementos presentes na planta e os benefícios no tratamento de sintomas de diversas doenças e síndromes, como câncer, esclerose tuberosa, síndrome de Rett e autismo.

De acordo com Lopes, o tetraidrocanabinol (THC, principal psicoativo

da maconha), é anti-inflamatório, analgésico, estimulador e sedativo, além de ajudar na redução da pressão intraocular. O pesquisador acrescentou que a maconha é rica em canabidiol, substância que ajuda a combater convulsões e epilepsia.

## Acusação de apologia

O pesquisador reconheceu que o uso abusivo da maconha traz problemas como a redução passageira da memória de curto prazo durante o efeito da droga, que pode durar até seis horas. Segundo ele, o uso da substância é contraindicado para psicóticos, jovens em crescimento e gestantes, mas os índices de dependência são inferiores aos de outras drogas. De acordo com Lopes, o Estado não deveria proibir a venda e o consumo de uma planta que traz alívio para o sofrimento das pessoas. Para ele, existe um moralismo equivocado que acaba punindo famílias que poderiam ser beneficiadas pelo uso da substância.

— Os problemas que o abuso da *cannabis* podem causar são problemas administráveis e muito menos graves do que o abuso de algumas drogas inclusive que vendem na farmácia.

Para o ex-deputado federal Luiz Bassuma, a exposição de Renato Lopes foi

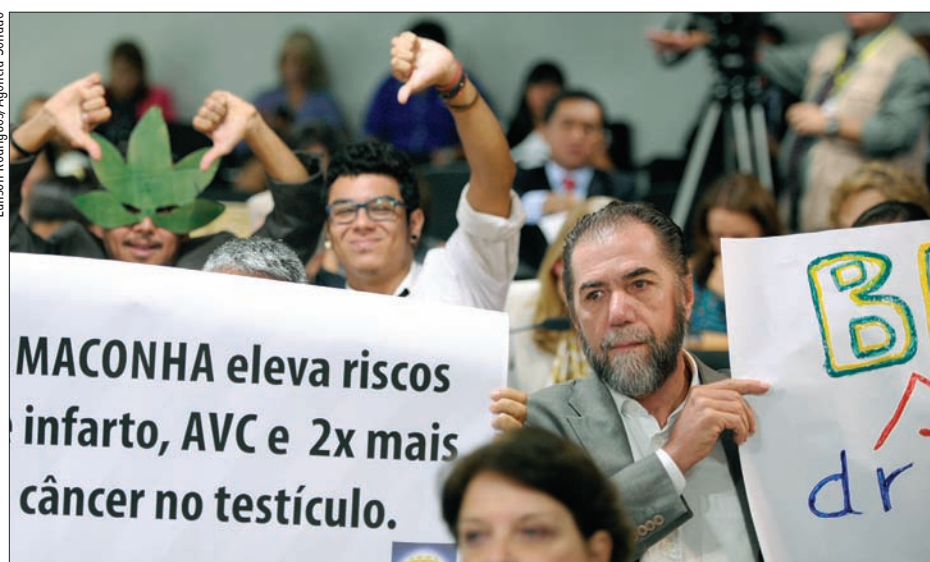
de um ativista, e não de um pesquisador. Bassuma chegou a ser censurado por Cristovam por afirmar que Lopes tinha feito “apologia” da maconha. O senador disse que o ex-deputado poderia ter “até 50 minutos” para defender suas opiniões, mas deveria respeitar o professor, que havia sido convidado para dar o seu parecer como cientista e estudioso do tema. Apesar disso, Bassuma concordou com o uso terapêutico do canabidiol.

— Só alguns monstros seriam contrários ao canabidiol. Somos contra o THC, que leva à dependência. Ele [Lopes] falou em segundos que a maconha leva à dependência 9% das pessoas que usam. E disse como um ativista, de forma secundária, que jovens não devem usar porque causa danos.

O policial federal Nazareno Feitosa também concordou com o uso terapêutico da maconha, mas pediu cuidado na regulamentação. Segundo ele, nos Estados Unidos, pessoas que não têm nenhum tipo de doença compram maconha para “dor nas costas”.

Fleury (DEM-GO) disse que a liberação da maconha vai destruir o país.

— Se querem legalizar uma droga, devem procurar outros meios, não essa forjada tentativa de convencimento de tratamento e saúde — disse o senador.



No debate, manifestantes a favor da maconha fazem sinal negativo para cartazes contrários à droga

## Mães relatam melhora na epilepsia de filhos após uso de canabidiol

Mães e pais paraibanos que ganharam por decisão liminar da Justiça o direito de importar o canabidiol, composto químico proibido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), contaram na audiência como a substância vem ajudando no tratamento de patologias neurológicas que têm como característica comum um quadro de epilepsia.

A liminar — para tratamento de 12 crianças, 2 adolescentes e 2 adultos — foi concedida na 1ª Vara da Justiça Federal de João

Pessoa. Segundo os pais e mães, desde o início do uso do canabidiol já é visível a melhora da situação de saúde dos filhos.

— O Estado está sendo omissivo. Temos não apenas o desejo, mas a urgência dessa regulamentação. Que se estenda a discussão sobre o uso recreativo, mas que esse uso medicinal seja o mais rapidamente possível regulamentado — disse Sheila Geriz.

Mães relataram o progresso na saúde dos filhos após o uso de medicamentos derivados da maconha.

Uma mudança de abordagem sobre a questão das drogas e da dependência química foi levantada por Vladimir de Andrade Stempliuk, membro da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia, e pela assessora do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC) Nara Santos. Segundo eles, o Brasil precisa focar a prevenção do uso de drogas pela população, não a proibição.

— Há percepção de que a atual política sobre drogas não tem produzido os resul-

tados esperados e tem agravado a situação da violência e superlotação dos sistemas prisionais, principalmente nos países pobres e em desenvolvimento, como é o caso

do Brasil. E tem contribuído para a perpetuação de preconceitos e o aumento da exclusão social das parcelas mais vulneráveis das populações — avaliou Stempliuk.



Observadas pelo senador Fleury, mães defendem uso medicinal da substância

A *Voz do Brasil* é tema de três projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional. Dois tratam da possibilidade de mudança do horário do programa e outro pretende transformá-lo em

# Prestes a completar 80 anos, A Voz

**E**m Brasília, 19 horas. A frase, tão emblemática e tão conhecida pelos brasileiros, já faz parte da história do rádio mundial. Com esse jargão, o programa mais antigo do rádio nacional, *A Voz do Brasil*, que tem 79 anos, abria suas transmissões.

O noticiário de rádio que está há mais tempo no ar no país, com registro no livro dos records, o *Guinness Book*, fará 80 anos em julho do ano que vem. Dividido entre notícias dos Três Poderes da República — Executivo, Legislativo e Judiciário —, *A Voz* poderá passar por mudanças. A principal é a possibilidade de flexibilização do horário de transmissão: os 60 minutos de programa, se aprovado projeto com esse teor, poderão ser transmitidos entre as 19h e as 22h.

Marina Domingos

O PROGRAMA É tema de três projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional. Dois tratam da possibilidade de mudança do horário de transmissão e outro pretende transformá-lo em patrimônio cultural brasileiro.

O projeto de lei da Câmara (PL 595/2003) que trata da flexibilidade do horário de transmissão do programa foi apresentado pela deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC). O projeto original previa uma flexibilização ainda maior, das 19h30 à 0h30,

mas, depois da aprovação na Câmara, recebeu no Senado o substitutivo do relator, o então senador Antonio Carlos Júnior, que o alterou para a versão atual, aprovada e reenviada à Câmara, onde aguarda ser incluída na ordem do dia.

Já o projeto de lei do Senado (PLS 19/2011) da ex-senadora Marinor Brito pretende tornar *A Voz do Brasil* patrimônio cultural imaterial do Brasil. Apesar de tratar de outro assunto no texto, Marinor fixou o horário do programa às 19h. Na justificativa, ela explica a necessidade de valorizar o programa:



O senador Ricardo Ferraço é a favor da flexibilização do horário



Marinor Brito apresentou projeto que torna o programa patrimônio cultural

“Nós tomamos a iniciativa no Congresso Nacional de elaborar o projeto com o objetivo claro de valorizar um instrumento da comunicação estatal brasileira, que, ao longo dos anos, vem servindo em muitas regiões brasileiras, às vezes, como o único canal de comunicação com o povo. O que acontece no Congresso Nacional, o que acontece no Brasil, só tem alcance em regiões como os vários estados da região da Amazônia através de *A Voz do Brasil*”, destacou a ex-senadora.

O projeto tramitou na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e, aprovado, seguiu para a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), onde foi alterado pelo relator, Lobão Filho (PMDB-MA), para que fosse retirado o artigo sobre o horário fixo às 19h. Com a mudança, a proposta voltou à CE recentemente, onde aguarda relatório do presidente da comissão, Cyro Miranda (PSDB-GO).

Mais recente, o projeto de lei de conversão da Medida Provisória 648/2014 foi alvo de debates no Senado durante o período da Copa do Mundo. O tema da MP enviada pelo Poder Executivo ao Congresso tratava de flexibilizar a transmissão no período dos jogos da Copa. Porém, o relator da proposta na comissão mista da MP, senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), decidiu transformá-lo em lei e tornar a flexibilização permanente.

— O programa hoje significa uma imposição no dia a dia das pessoas. Com essa mudança, você dá opção para que, se elas quiserem, ouçam *A Voz do Brasil* naquele horário, às 19h, mas, se não desejarem, elas

possam fazer a opção de uma outra frequência — defendeu o senador.

O relatório foi aprovado e seguiu para a Câmara, onde deve ser votado em Plenário no início de setembro.

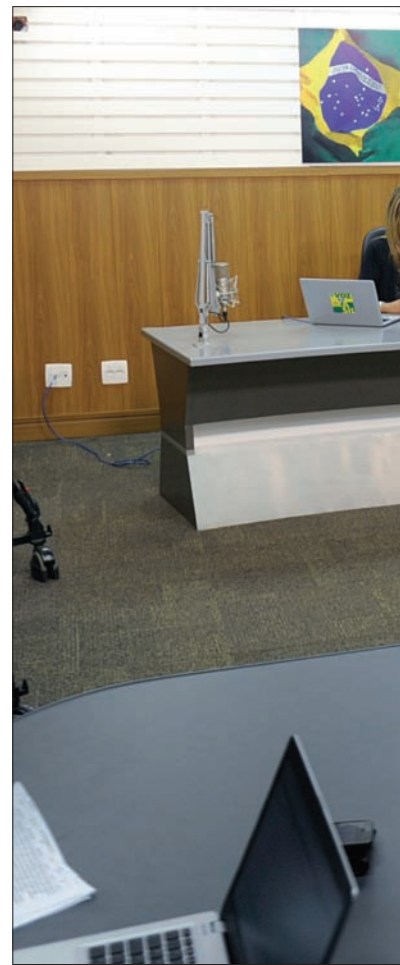
## Disputa acirrada

O debate sobre a flexibilização separa em dois lados especialistas e setores da sociedade civil. De um lado, o Movimento em Defesa de *A Voz do Brasil*: em Brasília, 19 horas. Do outro, a Associação Brasileira das Emissores de Rádio e TV (Abert).

De acordo com o diretor-geral da Abert, Luís Roberto Antonik, a flexibilização é um pleito antigo junto ao Congresso Nacional. Ele destaca que, na época em que foi criado o programa, o Brasil contava com apenas 40 emissoras de rádio AM e hoje já são mais de 10 mil.

— O programa foi criado na Era Vargas. A sociedade brasileira mudou muito nesse período de tempo. O rádio mudou muito e conseguiu sobreviver, mesmo com todas as tecnologias disponíveis. Mas, com *A Voz do Brasil*, o rádio não tem nenhuma chance — argumenta o diretor-geral.

Ele informa que, atualmente, um terço das emissoras é prejudicado pela exclusividade de transmissão no horário das 19h, principalmente as que têm notícias 24 horas. Os outros dois terços, ele explica, vão continuar optando por transmitir às 19h, pois o público prefere assim. No período da Copa do Mundo, 33% das emissoras modificaram seu horário de transmissão e, com isso, o faturamento aumentou em 0,55%. Isso equivaleria a um valor de R\$ 55 mil/dia, dividido



Estúdio de transmissão de *A Voz do Brasil*

por todas as emissoras, que são cerca de 10 mil. Ele informa que o lucro não é o objetivo da mudança.

O jornalista Mário Augusto Jakobskind, integrante da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e membro do Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), apoia o Movimento em Defesa da *Voz do Brasil*: em Brasília, 19 horas.

Segundo ele, o caminho certo é a manutenção do horário fixo de *A Voz do Brasil*, que “é acompanhada por milhões de brasileiros, nos mais distantes rincões”.

— O programa tem uma grande audiência em setores da população que não têm acesso

## Ouvinte conta sua história sobre a *Hora do Brasil*

Todos os dias Alberto Francisco da Silva, 73 anos, escuta *A Voz do Brasil*. E esse “hábito”, que ele carrega desde os 11 anos de idade, o faz muito feliz.

— Comecei a ouvir [*A Voz do Brasil*] quando tinha 11 anos de idade. Antes era uma criança e não me ligava com as notícias, mas, quando passei a estudar, me interessei e daí nunca mais larguei. Toda a família, pais, tios e primos ouviam. A minha mãe dizia: “Menino, liga o rádio que está na *Hora do Brasil*”. Aí começava com aquela musiquinha conhecida e vinham as notícias — relembra Silva, aposentado por invalidez.

Conhecido em Rio Branco como Alberto Ceguinho, é ou-

vinte assíduo da Rádio Difusora Acriana, que tem 70 anos.

— Sou mais velho que a Rádio Difusora alguns anos, quase que faço aniversário junto com a *Hora do Brasil* — conta, usando o nome mais antigo do programa.

O aposentado, que mora sozinho, tem dois aparelhos de rádio e dois de televisão, mas se apega mesmo é ao rádio, que, para ele, é a fonte mais confiável de informações. Ele sabe tudo sobre o programa, que dedica os primeiros 25 minutos para o Poder Executivo, os 5 minutos seguintes para o Poder Judiciário e os 30 minutos restantes para o Congresso Nacional.

— Eu acho importante saber

o que os parlamentares estão fazendo. Fui seringueiro por 27 anos, na fazenda do avô do senador Jorge Viana (PT-AC). Conheço todo mundo aqui e todo mundo me conhece — conclui.

Allocutora aposentada da *Voz do Brasil* no Senado Federal, Thaís Vivacqua, trabalhou 28 anos na apresentação do programa, sempre revezando com o companheiro João Marques, que era titular desde 1974, mas também se aposentou, além de João Evangelista Narciso e Ozório Anchises.

Thaís entrou no Senado em 1984, como revisora da Gráfica, mas logo foi convidada pelo diretor da antiga Subsecretaria de

Divulgação, Washington Tadeu de Melo, para trabalhar no setor. Mais tarde, fez um teste para *A Voz do Brasil*. Aprovada, passou a trabalhar no programa.

— Eu trabalhava na Gráfica e me chamaram para fazer um teste. De todas as vezes femininas, eu fui a única que passou. Depois tive que fazer um curso de imitação de voz para poder apresentar o programa — revela.

Thaís lembra que muitas vezes a voz dela foi reconhecida na rua. Contou que, em uma viagem a Fortaleza, ao entrar em um táxi, percebeu que o motorista ouvia a Rádio Senado. Ao conversar, ele se virou e a reconheceu, dizendo: “Puxa, você é a Thaís?”

## População tem

A médica Angela Maria Louzada Lacava, de 62 anos, é contra a mudança do horário de transmissão. Ela disse

que ouve o programa porque tem a sensação de “saber das coisas como estão acontecendo” e gosta de ouvir o programa no carro, quando volta para casa.

— Me parece diferente da mídia. É muita opinião. Eu quero saber dos fatos. No programa você vê os fatos, ouve o que está acontecendo, e não o que querem que ache que está acontecendo. Me sinto mais segura ouvindo *A Voz do Brasil* — explica a brasiliense.



Waldemir Boratto/Agência Senado

patrimônio cultural brasileiro. O debate sobre a flexibilização separa em dois lados especialistas e setores da sociedade civil. Programa tem 79 anos e é o mais antigo do rádio no Brasil

# A Voz do Brasil pode mudar de horário



Jefferson Rudy/Agência Senado

produzida pelo Poder Executivo, que tem 25 minutos. Outros 5 minutos são do Judiciário e mais 30 minutos do Poder Legislativo

à informação através dos noticiários — afirma.

Para Jakobskind, a justificativa da Abert de trazer mais público é um pensamento totalmente comercial.

— É um absurdo o (projeto de flexibilização). É uma forma inicial de acabar com *A Voz do Brasil*. Perde audiência de quem está acostumado com as notícias, quem não vive na cidade, mas sim nas áreas rurais. Se flexibiliza, quem vai fiscalizar 8 mil emissoras? — questiona.

O movimento conta ainda com apoio de entidades como Confederação Nacional da Agricultura (Contag), Federações Nacionais dos Jornalistas (Fenaj) e dos Radialistas, entre outras.

## Produção da Rádio Senado no programa é modernizada

O “Jornal do Senado”, que vai ao ar dentro do programa *A Voz do Brasil*, ganhou uma nova produção.

A identidade sonora diferenciada, com vinhetas exclusivas e produzidas pela equipe da Rádio Senado, tem o objetivo de modernizar o noticiário de 10 minutos.

Foi feita uma mistura das vinhetas já adotadas na programação da rádio, com a tradicional ópera *O Guarani*,

da abertura do programa.

O diretor-adjunto da Rádio Senado, Vladimir Spinoza, destaca que o objetivo foi modernizar o jornal e informa que as novas vinhetas foram produzidas internamente, sem custo para o Senado.

— O nosso objetivo é modernizar a sonoridade do “Jornal do Senado”, levando aos ouvintes um noticiário atualizado, imparcial e transparente — explicou.

## Opinião dividida sobre flexibilização das 19h



Wladimir Barreto/Agência Senado

Marco Andric é administrador de empresas e mora na cidade de São Paulo. Ele diz conhecer o programa, mas não tem o hábito de ouvi-lo.

— Não tenho o costume, por uma razão simples: pelo fato de trabalhar em São Paulo, onde o trânsito é terrível. E o serviço de informações de trânsito coincide com a hora de *A Voz do Brasil*. Sou a favor da flexibilização do horário, pior horário do trânsito — declara o administrador.

Ele ainda destaca que, quando está dirigindo, desliga o rádio durante o programa.



Wladimir Barreto/Agência Senado

A assistente social Eva Pompeu de Amorim, de 47 anos, disse que ouve *A Voz do Brasil* quase sempre, quando volta do

trabalho, pois tem interesse em saber o que se passa.

— Como trabalho com políticas públicas, tanto trabalho, quanto educação, tenho interesse. Sei que no jornal posso ouvir tudo. Me atualiza de tudo que está acontecendo no Congresso, porque tem a ver com meu trabalho. Acho que a mudança une o útil ao agradável. Mas se pudesse permanecer às 19h, seria bem melhor. Mas não deixaria de ouvir — diz a cearense.



Wladimir Barreto/Agência Senado

Saulo Chaplin mora no Rio Grande (RS), tem 29 anos e ouve o rádio com a mãe, quando ela liga

para ouvir *A Voz do Brasil*.

— Minha mãe escuta e, às vezes, escuto com ela. Acho que, se houver flexibilização, passando para mais tarde, vai ficar no horário mais nobre, vai acabar concorrendo com outra programação que a população vai assistir mais. Vai dificultar porque vai concorrer com as novelas — avalia.

Ele se diz imparcial na decisão sobre a mudança do horário.

## Programa se mistura à história do país

1934

Decreto 24.651 cria o **Programa Nacional**, sob direção do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC) — que mais tarde se tornaria o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

1935

O **Programa Nacional vai ao ar pela primeira vez** para divulgar ações do governo de Getúlio Vargas. O principal locutor era Luiz Jatobá. O programa já contava, na abertura, com o trecho de *O Guarani*, de Carlos Gomes.

1938

A temática **não se limitava aos feitos governamentais** e incluía até notas internacionais, em especial sobre a 2ª Guerra Mundial.

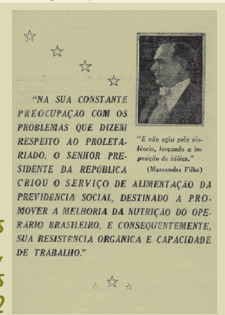


Projeto de radiodifusão educativa, em 1937

1939

O Decreto 1.915, de 27 de dezembro, modifica o nome do programa para **Hora do Brasil** e torna a transmissão obrigatória para “todas as estações de broadcasting do país”.

Criado o jornalístico **Repórter Esso**. Transmitido pela Rádio Nacional, o programa trazia informações de cunho internacional.



Panfleto referente às palestras do ministro do Trabalho, Marcondes Filho, transmitidas pela Hora do Brasil, em 1942

1941

Com o fim da 2ª Guerra Mundial, Getúlio Vargas é obrigado a convocar eleições democráticas. O presidente eleito, Eurico Gaspar Dutra, é pressionado a acabar com a obrigatoriedade do programa, mas decide mantê-la, alterando o nome para **A Voz do Brasil (primeira tentativa de extinção)**.

1945

Orson Welles (C) **encontra-se com Oswaldo Aranha e Lourival Fontes, em 1942, no Rio de Janeiro**



1954

O suicídio de Getúlio Vargas fez com que proprietários de emissoras de rádio pressionassem o presidente Café Filho a extinguir **A Voz do Brasil (segunda tentativa de extinção)**

1962

Promulgada a Lei 4.117/1962, que instituiu o Código Brasileiro de Comunicações e passa a destinar espaço para o **Poder Legislativo**, levando aos rincões do país as notícias dos feitos parlamentares.

1971

O programa assume o formato atual, com uma **única edição diária, dividida entre os Três Poderes**. Cada instituição é responsável pela elaboração do respectivo conteúdo.

1972

Pesquisa da Assessoria Especial de Relações Públicas (Aerp) no governo Médici, responsável por **A Voz do Brasil**, mostra que **apenas 8% dos brasileiros** ouviam frequentemente o programa. A pesquisa se concentrou nas zonas rurais, onde se acreditava que o programa tinha maior penetração.

1973

Mudanças realizadas pelo governo do general Emílio Garrastazu Médici retiraram o trecho da ópera *O Guarani* da abertura e substituíram pelo **Hino à Independência**.

1981

*A Voz do Brasil* passa a ser apresentada com vinhetas e sempre com as vozes de um homem e uma mulher para tornar o programa **mais dinâmico**, além de dar oportunidade de participação de repórteres com entrevistas ou depoimentos de membros do governo.

1985

Com o fim da ditadura, *A Voz do Brasil* trouxe de volta **O Guarani** na abertura.

1990

O programa retirou novamente *O Guarani* e entrou **Aquarela do Brasil**, de Ary Barroso. Passou-se a dizer “Em Brasília, são 7 horas da noite”.

2003

Em 1º de setembro de 2003, *A Voz do Brasil* muda as vinhetas e moderniza a forma de apresentação, também mudando a saudação de abertura para **“Em Brasília, 7 da noite”**.

Fonte: MONTEIRO, Ester. *Papel do Congresso Nacional na Trajetória do Programa “A Voz do Brasil”*. Unilegis, Brasília — 2008; Fundação Getúlio Vargas e Senado Federal.

### Saiba mais

Acompanhe a transmissão de *A Voz do Brasil*, do Poder Executivo <http://bit.ly/VozBrasil>

Rádio Câmara presta homenagem ao programa <http://bit.ly/homenagemVozBrasil>

A monografia *Papel do Congresso Nacional na Trajetória do Programa A Voz do Brasil, trabalho de Ester Monteiro, fala mais sobre o programa* <http://bit.ly/monografiaVozBrasil>

Veja todas as edições do **Especial Cidadania** em [www.senado.leg.br/especialcidadania](http://www.senado.leg.br/especialcidadania)

Segundo o projeto de Aloysio Nunes Ferreira, os municípios passariam a ter maior responsabilidade na definição da área, no planejamento e no financiamento de serviços

# Proposta muda criação de região metropolitana

O PAÍS PODERÁ vir a ter novas regras para a criação de regiões metropolitanas. Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que trata do tema está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

De autoria de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), a proposta (PEC 13/2014) confere à União, aos estados e ao Distrito Federal a competência para criar regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões. Hoje, apenas os estados têm essa competência.

Pelo texto, a União vai legislar sobre os requisitos e características para que um grupo de municípios seja considerado uma região metropolitana. Também haverá regras para a governança e financiamento dessas regiões, além da busca de harmoniza-

ção entre as políticas públicas de estados, municípios e DF. Tanto a União quanto o estado e os municípios envolvidos poderão ter de repassar recursos para a região metropolitana.

Aloysio informa que cerca de metade da população brasileira vive em 53 regiões metropolitanas. O senador diz que uma característica dessas áreas é a integração do tecido urbano de mais de um município, resultando praticamente em uma cidade única, mas de gestão fragmentada. Assim, muitos serviços públicos a cargo dos municípios se tornam inviáveis para a população. Ele lembra que muitos desses serviços vêm sendo assumidos pelos estados, mas poderiam ser prestados pelo conjunto de cidades que compõem a região.



Segundo o texto em análise, cerca de metade da população brasileira vive em 53 regiões metropolitanas como São Paulo

Segundo Aloysio, o exercício de funções públicas por um agrupamento de municípios é comum em outros países. No Brasil, a prestação dos serviços passaria dos estados para o grupo de municípios, que terá personalidade jurídica

própria. O financiamento dos serviços não caberá apenas aos estados, mas também aos municípios agrupados.

O senador afirma que a proposta permitirá ao Congresso legislar sobre esse novo instituto jurídico, estabelecendo

regras que vão da destinação de recursos à elaboração conjunta de plano diretor. Para Aloysio, a proposta “viabilizará metrópoles mais justas, democráticas e eficientes”, garantindo mais bem-estar aos habitantes.

## Comissão analisa fundo para agricultor

Projeto de Vital do Rêgo (PMDB-PB) que cria um fundo com recursos orçamentários da União para auxiliar os agricultores familiares que perderem as lavouras devido à estiagem está pronto para ser votado, em decisão terminativa, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O texto já recebeu voto favorável do relator, o senador licenciado Wilder Moraes (DEM-GO).

Na justificativa do projeto (PLS 202/2012), que já foi aprovado na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), Vital argumenta que muitos agricultores familiares ficam sem condições de

sobrevivência quando perdem plantações e criações de animais em decorrência da falta de chuvas, problema recorrente no país. Com a criação do fundo, ele quer assegurar a manutenção desses produtores e de suas famílias até que seja possível uma nova colheita.

De acordo com a proposta, o Fundo Financeiro de Apoio aos Agricultores Familiares Atingidos pela Estiagem será administrado por um conselho gestor, presidido pelo representante do Ministério da Integração Nacional. Esse conselho será composto também por representantes da

Casa Civil da Presidência da República e dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário, da Agricultura e do Planejamento.

O fundo proporcionaria ajuda financeira não reembolsável aos agricultores familiares “privados de condições de subsistência, devido à perda total ou parcial da produção agropecuária familiar, que se encontrem em áreas atingidas por estiagem em todo o território nacional”. Para tanto, o agricultor terá de residir em município que tenha sido declarado em situação de emergência ou de calamidade pública decorrente de estiagem e ter renda familiar anual de até R\$ 18 mil.

“A importância da iniciativa se deve à ocorrência do fenômeno da estiagem em quase todas as regiões brasileiras, constituindo-se em ameaça reiterada à renda e à atividade de produtores e trabalhadores rurais. A criação do fundo se institui como medida fundamental para a agropecuária nacional e para a melhoria das condições de vida no campo”, afirma o relator da proposta na CAE.



Comunidades quilombolas, como a de Sapé, não são isentas do ITR

## Projeto dá isenção de imposto para comunidades quilombolas

Áreas ocupadas por quilombolas podem ficar isentas do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR). É o que propõe Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), autor do PLS 236/2014. Ele argumenta que, embora esse direito esteja implícito na Constituição, não é reconhecido pelo poder público, que tem cobrado “valores milionários” das comunidades.

Como exemplo, o senador citou o caso das comunidades de Oriximiná e Abaetetuba, no Pará, que estão sendo cobradas pela Secretaria da

Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. O valor atualizado da dívida é estimado em mais de R\$ 15 milhões.

O projeto está na Comissão de Agricultura (CRA), onde tem como relator Waldemir Moka (PMDB-MS). Depois, ainda terá que passar pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que decidirá terminativamente. Isso significa que, se não houver recurso para a análise em Plenário, valerá a decisão da comissão e o projeto seguirá para a Câmara dos Deputados.



Trabalhadores rurais colhem plantação na região rural de Caxias do Sul (RS)

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana

**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá

**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro

**Segunda-secretária:** Ângela Portella

**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira

**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino

**Suplentes de secretário:**

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

**Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:**  
Luiz Fernando Bandeira

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Davi Emerich

**Diretor-adjunto:** Flávio de Mattos

**Diretor de Jornalismo:** Eduardo Leão

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Marco Antonio Reis

**Diretor-adjunto:** Flávio Faria

**Coordenação de Cobertura:** Nelson Oliveira

**Coordenação de Edição:** Sílvio Burl

**Coordenação de Multimídia:** James Gama

**Site:** www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição:** André Falcão, Laércio Franzone, Marina Domingos e Ricardo Westin

**Diagramação:** Beto Alvim e Ronaldo Alves

**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira, Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

Brigas próximas a estádios poderão resultar em até 8 anos de prisão. A proposta, que será votada na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, proíbe os clubes de transferir dinheiro para torcidas organizadas



Brigas de integrantes de torcidas organizadas no jogo entre Corinthians e Palmeiras resultaram em morte de um torcedor

## Projeto agrava punições do Estatuto do Torcedor

TORCEDOR DO PALMEIRAS, Gilberto Torres Pereira morreu no dia 20, aos 31 anos, depois de sofrer traumatismo craniano durante confronto entre membros de torcidas organizadas do Corinthians e do Palmeiras. No fim do ano passado, uma briga entre torcedores do Atlético Paranaense e do Vasco parou o jogo por 17 minutos: o que se viu foi uma cena de luta livre, com socos e chutes. Quatro pessoas ficaram machucadas. Esses são apenas alguns exemplos de violência em estádios e nas imediações das arenas. Um projeto do senador licenciado Armando Monteiro (PTB-PE) torna mais duro o Estatuto do Torcedor (Lei 12.299/2010), em uma tentativa de acalmar os ânimos durante as partidas de futebol.

O PLS 28/2014 proíbe que os clubes, federações, ligas e demais entidades esportivas

transfiram dinheiro para as torcidas organizadas. Também veda a doação de bens ou de ingressos. Estabelece ainda que serão dissolvidas as torcidas organizadas cujos integrantes promoverem vandalismo ou conflitos em até 5 quilômetros dos estádios.

### Dois a oito anos

O projeto traz ainda penalidades para os brigões. Quem promover tumulto, incitar vandalismo ou participar de brigas nos estádios ou em até cinco quilômetros deles pode cumprir pena de dois a oito anos de prisão, além de pagamento de multa. A mesma punição vale para quem levar aos jogos instrumentos que possam ser usados em conflitos. Se o ato resultar em morte ou lesão corporal grave, a penalidade é acrescida de um terço, sem prejuízo às demais sanções já previstas em lei.

Armando argumenta que há uma verdadeira selvageria patrocinada por torcidas organizadas, “horrorizando a população e afastando dos estádios o verdadeiro torcedor”. Para ele, o texto atual do estatuto se revelou ineficaz no combate à violência. Argumenta, por exemplo, que a proibição de torcedores envolvidos em tumultos de frequentarem os estádios é quase inaplicável, especialmente em partidas que reúnem milhares de pessoas.

Ao defender a proposta — que vai ser examinada inicialmente na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) —, Armando Monteiro diz que o propósito é suprir as omissões da legislação. Além disso, ele pretende criar novos mecanismos para inibir a violência e punir com maior rigor os integrantes das torcidas que promoverem conflitos ou deles participarem.

## Ex-detento pode ter reserva de vagas para trabalhar

Tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto que reserva vagas de trabalho para egressos do sistema penitenciário e para aqueles enquadrados no regime semiaberto ou aberto.

O projeto (PLS 153/2014), de Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP), estabelece que os contratos celebrados pela administração pública com pessoas jurídicas para a realização de obras e serviços deverão assegurar nos editais e convites a reserva de 5% da mão de obra para essas pessoas, caso sejam utilizados 20 ou mais trabalhadores.

A medida se aplica a contrato firmado com dispensa ou inexigibilidade de licitação e o descumprimento constituiria motivo para a rescisão do contrato. A reserva não se aplicaria aos serviços que exijam certificação profissional específica; aos serviços de segurança, vigilância ou custódia para os apenados em regime semiaberto ou aberto; e no caso em que o contratado comprove a ausência de interessados.

O projeto altera a legislação que regulamenta o artigo 37 da Constituição, sobre normas

para licitações e contratos da administração pública (Lei 8.666/1993). O autor lembra que o trabalho e a educação são os principais meios de ressocialização dos condenados e dos egressos do sistema prisional.

Conforme o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, o índice de reincidência no crime gira em torno de 70% na ausência de políticas de reinserção no mercado de trabalho. Segundo Antonio Carlos Rodrigues, esse fato decorre, em grande parte, da dificuldade que os presos enfrentam para serem contratados, se manterem no emprego e terem acesso aos meios de subsistência.

O senador argumenta ainda que a medida “se insere no contexto das políticas de ações afirmativas do Estado, as quais ajudam a reduzir os efeitos da discriminação sofrida por um grupo minoritário”.

Kátia Abreu (PMDB-TO) foi designada relatora do projeto, que tramita em caráter terminativo. Ou seja, se aprovado na CCJ, poderá seguir para a Câmara dos Deputados sem passar pelo Plenário do Senado.



Confecção em presídio de Brasília: trabalho facilita reinserção social dos presos

## Texto restringe recursos em ações com rito sumaríssimo

Tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) projeto que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) no que diz respeito à apresentação de recurso ordinário nas reclamações sujeitas a procedimento sumaríssimo. O rito sumaríssimo na Justiça do Trabalho foi instituído pela Lei 9.957/2000 e alcança causas não superiores a 40 salários mínimos — o correspondente, hoje, a R\$ 28.960.

O projeto, do ex-senador Sérgio Souza, estabelece condições para que o recurso ordinário nas ações trabalhistas de rito sumaríssimo não seja considerado protelatório (PLS 539/2011). Para ser aceito, o recurso terá de se fundar nas seguintes contestações: violação literal da lei ou direta da Constituição, contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme

do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e aspecto não pré-questionado no momento processual oportuno.

Ainda segundo o projeto, quem recorrer de forma inadequada terá de arcar com multa de 20% sobre o valor da condenação. Na visão do relator, Pedro Simon (PMDB-RS), a medida deverá trazer grandes benefícios ao trabalhador.

“Não nos parece justo que o inadimplente, em matéria de direitos trabalhistas, possa lançar mão de recursos meramente retardadores do processo, ainda que legais, que prejudicam e submetem o trabalhador a uma interminável espera por uma solução definitiva da Justiça”, afirma Simon.

Depois do exame na CCJ, o texto será votado em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

## Senador quer fim da contribuição previdenciária sobre aviso prévio

O aviso prévio indenizado poderá ficar isento de contribuição previdenciária, conforme projeto em exame na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O autor da proposta, Valdir Raupp (PMDB-RO), argumenta que o pagamento desse encargo aumenta os custos de demissão para as empresas e, ao mesmo tempo, onera o trabalhador. Para o empregador, a alíquota é de 20% sobre o valor do salário bruto do empregado. Já o trabalhador paga de 8% a 11%, de acordo com o seu salário.

Em relatório favorável à proposta (PLS 209/2009), Cyro Miranda (PSDB-GO) citou jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que reconhece a natureza indenizatória desse pagamento ao trabalhador, excluindo-o da base de cálculo do salário de

contribuição, por ocasião dos acordos judiciais. Entretanto, nem todos são beneficiados por essa decisão. Na maioria das rescisões, prevalece o previsto no Decreto 6.727/2009, que determina o desconto da contribuição.

O aviso prévio indenizado decorre do rompimento da relação de emprego e compensa o empregado pelo descumprimento da obrigação do empregador de avisá-lo com antecedência.

Cyro apresentou voto pela rejeição do PLS 198/2012, de Blairo Maggi (PR-MT), que tramita em conjunto com o PLS 209/2009. No que diz respeito ao projeto de Raupp, o relator fez apenas uma emenda de redação. Após o parecer da CAE, o projeto seguirá para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Profissionais defendem presença obrigatória da categoria nas farmácias como define nova lei, mas pequenos empresários querem a flexibilização de acordo com medida provisória

# Atuação de farmacêuticos ainda gera debate

A EDIÇÃO DA medida provisória (MP) que relaxa a obrigação da presença de um farmacêutico em farmácias caracterizadas como micros ou pequenas empresas tem gerado debate entre os profissionais do ramo e os defensores de flexibilização para pequenas cidades.

A medida (MP 653/2014) entrará em vigor em 30 de setembro, 45 dias após a publicação. Já a Lei 13.021/2014, que estabeleceu novas regras para o funcionamento das farmácias, começa a valer a partir de 27 de setembro.

Muitos profissionais argumentam que a atuação dos farmacêuticos garante a segurança da população na hora de comprar um medicamento. Já quem defende a mudança na Lei 13.021/2014 diz que a flexibilização é essencial para a existência de drogarias em municípios pequenos, distantes dos centros urbanos e onde não há farmacêuticos.

Com a medida provisória, as farmácias enquadradas no Estatuto da Micro e Pequena Empresa (Lei Complementar 123/2006) adotarão as regras da Lei 5.991/1973. Essa norma permite, em casos específicos, a presença de “prático de farmácia, oficial de farmácia ou outro”, inscrito em Conselho Regional de Farmácia, como responsável do estabelecimento. A permissão é feita pelo órgão sanitário em razão de interesse público.

Para o presidente do Conselho Regional de Farmácia de São Paulo (CRF-SP), Pedro Menegasso, a MP não muda o que foi determinado pela nova lei. Segundo ele, o profissional que pode atuar, atendidas as determinações de interesse público e as condições da Lei 5.991/1973, é o prático de farmácia ou o oficial.

As duas categorias foram criadas para enquadrar as pessoas que já administravam drogarias quando a profissão



Lei que exige profissionais de nível superior nas farmácias entra em vigor em 27 de setembro e a MP, três dias depois

de farmacêutico foi regulamentada no Brasil.

No entanto, a permissão para essas pessoas atuarem, segundo Menegasso, acabará assim que não houver mais nenhum prático ou oficial.

— A medida provisória, da forma como foi editada, reme-

te a uma situação que já era prevista na lei de 1973 e que não tem efeito prático — disse o presidente do CRF-SP.

Há, ainda, uma brecha para a atuação de técnicos em farmácia. Segundo informações do Conselho Federal de Farmácia (CFF), esses profissionais de

nível médio não conseguem se inscrever nos conselhos regionais, pré-requisito para serem responsáveis pelo estabelecimento. No entanto, há cerca de 200 casos no país de técnicos que conseguiram, por via judicial, a inscrição nos CRFs.

## Pequena farmácia quer flexibilização

De acordo com a exposição de motivos do Executivo, a medida provisória atende demandas de pequenos municípios em que o número de farmacêuticos não é capaz de atender todas as farmácias.

A MP beneficiaria pessoas como Maria Valdilene Costa, que administra uma farmácia no município baiano de Central, com 18 mil habitantes, no centro-norte do estado. Ela enfatiza a dificuldade em conseguir um farmacêutico para ficar responsável pelo estabelecimento, pela falta de profissionais na região.

Outra dificuldade, segundo Valdilene, é o custo da contratação de um farmacêutico em relação ao técnico.

— Para pagar salário de farmacêutico, uma empresa recente, microempresa, não teria como. Não valeria a pena — disse.

Pedro Menegasso, do CRF-SP, informa que o Brasil é o país com mais farmacêuticos no mundo: cerca de 200 mil profissionais para 40 mil drogarias. Para ele, a presença do profissional é importante para a segurança e a saúde dos clientes.

— Se você for a um hospital que é uma microempresa, eu posso abrir mão de ter médico? Qualquer um pode atender ali? Então, misturaram-se as coisas. Para o sujeito ser dono de uma farmácia, ele tem de atender os requisitos mínimos — afirmou.

## Medida provisória reabriu discussão

Nos estabelecimentos não enquadrados como micros e pequenas empresas, será necessária a presença do farmacêutico de nível superior, como determina a Lei 13.021/2014. Porém, a princípio, a medida provisória pode ter permitido, em casos específicos, a presença de profissional de nível médio como responsável pela farmácia, como era estabelecido na lei de 1973.

Havia a possibilidade de o artigo da legislação anterior que permitia a supervisão da farmácia por um técnico ter sido revogado tacitamente. Ou seja, a lei nova teria tirado a validade da anterior sem ser explícita.

Porém, a medida provisória fez remissão ao texto de 1973, o que

indicaria a vigência. Assim, a regra de 1973, que obrigava a presença de farmacêutico, mas a relativizava em circunstâncias especiais, poderia valer não só para farmácias enquadradas no Supersimples, mas para todos os estabelecimentos farmacêuticos.

Em 1994, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) editou a Súmula 120, pela qual o oficial e o prático de farmácia podiam ser responsáveis por drogarias, mas não por farmácias. Isso porque nas primeiras não há manipulação, apenas vendas de medicamentos. Mas a MP não diferencia os estabelecimentos em que há manipulação dos que só vendem remédios, o que acirra o debate.

## PEC antecipa indenização para os soldados da borracha

Aguarda designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) proposta de emenda à Constituição que muda a vigência da Emenda Constitucional 78/2014. A emenda determina o pagamento de indenização única de R\$ 25 mil aos soldados da borracha e dependentes legais.

Os soldados da borracha são os seringueiros que, na década de 1940, deixaram suas cidades — a grande maioria na Região Nordeste — para extrair seringa na Amazônia. A borracha tinha como destino os Estados Unidos, onde era usada nos equipamentos utilizados pelos aliados

durante a 2ª Guerra Mundial.

O artigo 3º da Emenda Constitucional 78 estabelece sua entrada em vigor apenas no exercício financeiro de 2015. A PEC 27/2014, do senador Jorge Viana (PT-AC), altera esse artigo determinando a vigência imediata da emenda. Viana argumenta que os solda-

dos da borracha são, em geral, pessoas necessitadas e idosas que devem receber, o mais rápido possível, a indenização.

— Esperar até o exercício financeiro de 2015 para pagá-lhes a justíssima indenização a que fazem jus é conduta desarrazoada e, pode-se até dizer, violadora dos direitos

que o Congresso reformador outorgou a esses trabalhadores — afirmou.

Para ser aprovada, uma proposta de emenda à Constituição precisa dos votos favoráveis de três quintos dos membros de cada Casa (49 no Senado e 308 na Câmara), em dois turnos de votação.

# Senado Federal

Economia | Transparência | Fortalecimento do Legislativo

Comissão Diretora | Biênio 2013 - 2014

Saiba mais em:  
<http://bit.ly/1nv6Zig>

SENADO FEDERAL